

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

O Traço da Desigualdade Social no Brasil

Jane Souto de Oliveira
(organizadora)

Rio de Janeiro
1993

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-0473-8

© IBGE

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Divisão de Gráfica/Departamento
de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI,
em dezembro de 1993
OS 01.01.1.0556/93

CAPA

Aldo Victorio Filho e Renato J. Aguiar - Divisão
de Promoção / Departamento de Promoção e
Comercialização - DECOP/CDDI

O Traço da desigualdade social no Brasil / Jane Souto de Oliveira (organizadora) . — Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

45 p.

ISBN 85-240-0473-8

1 . Renda - Distribuição - Brasil. 2. Brasil - Condições econômicas. 3. Brasil - Condições sociais. I. Oliveira, Jane Souto. II. IBGE.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca

RJ - IBGE / 93 -32

CDU 308 (81)
DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem o objetivo de mapear as principais características do processo de mudança social ocorrido no Brasil, ao longo das últimas décadas, em especial da década de 80, tomando por base e sintetizando resultados de diferentes pesquisas realizadas pelo IBGE.

Mediante o recurso a um amplo elenco de indicadores - demográficos, econômicos, de condições de trabalho e remuneração, saneamento básico, saúde e educação, entre outros - se procura analisar as transformações recentes e a configuração atual da estrutura socioeconômica brasileira, pondo em relevo o grau de desigualdade, regional e social, que a caracteriza.

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1993

Silvio Augusto Minciotti
Presidente do IBGE

SUMÁRIO

Prefácio	7
O Período 1950-1980: Crescimento Econômico e Desigualdade Social	9
O Período 1980-1990: Perdas Econômicas e Avanços Políticos	11
O Período 1980-1990: Mapeamento da Questão Social	14
Mudanças Demográficas	14
Mudanças no Mercado de Trabalho	20
Mudanças no Perfil de Rendimentos	29
Dimensões da Pobreza	33
Condições de Saneamento Básico	36
Condições de Educação	40
Referências Bibliográficas	44

Prefácio

O presente trabalho reflete e sintetiza, basicamente, o esforço de análise empreendido por pesquisadores de diferentes áreas do IBGE em diferentes momentos de sua trajetória de pesquisa.

Em sua formulação inicial, ele se propunha a mapear as mudanças ocorridas no quadro de condições sociais da população brasileira, durante os anos 80.

Desde logo, porém, percebemos que a compreensão da questão social, ao longo da assim chamada "década perdida", exigiria alguns desdobramentos de análise. O próprio epíteto atribuído à década, calcando-se na dimensão econômica, já impunha, por si mesmo, algumas relativizações. Na verdade, ele tinha sua origem e justificativa no confronto entre o processo de crescimento econômico, vivido pelo Brasil desde o pós-guerra até o final dos anos 70, e a experiência de crise e estagnação dos anos 80 e, como tal, não deixava de revelar um certo reducionismo.

Essa ênfase no econômico concorreu para que o balanço da década de 80 se fizesse apenas pelo lado das perdas, obscurecendo os ganhos que, dentro da perspectiva política, permitiram ao País consolidar seu processo democrático. Ao mesmo tempo, serviu para relegar, a um plano secundário, a avaliação da questão social tanto na última década, quanto nas que a precederam.

Por isso, ao tentar resgatar essa questão fomos necessariamente levados a estender nosso horizonte de tempo. Nesse percurso, recorreremos a diversas linhas de pesquisa do IBGE, nas quais a preocupação com o social se inscreve como prioridade há pelo menos 20 anos, complementando-as com estudos levados a efeito em outras instituições. Daí, ficou claro que, se a travessia dos anos 80 se fez com sinais contrários nos campos político e econômico, manteve, porém, inalterada a característica básica que tampouco o crescimento das três décadas anteriores lograra corrigir ou atenuar: a forte desigualdade que permeia a estrutura social do País e se manifesta seja pela ótica da produção, seja pela da reprodução.

Isso não significa, contudo, que ao longo da década de 80 não se tenham verificado transformações de ordem social. Estas, de fato, foram várias e se processaram com ritmo e direção diversos, o que singulariza e torna mais complexa a avaliação do período.

Assim, embora a leitura de alguns indicadores aponte para melhorias em campos como o da educação (redução das taxas de analfabetismo e aumento das taxas de frequência escolar e do grau de escolaridade formal da população); saneamento básico (ampliação na proporção de domicílios dotados de infra-estrutura adequada de água e esgoto) e saúde (redução das taxas de mortalidade infantil), é inegável também que, nos anos 80, se acentuou o contraste entre ricos e pobres e se multiplicaram os sinais de exclusão social no Brasil.

Disso dão testemunho a concentração de rendimentos observada entre 1981 e 1990; a proliferação de novas favelas e o adensamento das antigas nos grandes centros do País; a ocupação crescente dos espaços públicos pelas chamadas "populações de rua" e a escalada, sem precedentes, da criminalidade urbana. Se, para esta específica forma de violência, são inúmeras as evidências estatísticas disponíveis, o mesmo não se aplica, porém, a outras formas de violência, certamente agravadas pela crise dos serviços públicos e para as quais não existe nenhum tipo de indicador. É o caso, por exemplo, da **violência da espera**, nas filas para consultas, exames ou internações na rede pública hospitalar ou da **violência do percurso**, em modalidades de transporte cada vez mais precárias e inseguras, a que são submetidas as camadas pobres da população.

A experiência dos anos 80 é também singular e complexa porque, ao mesmo tempo em que nela se acentuaram as desigualdades sociais, se tornou mais nítida a percepção destas desigualdades. Relembre-se, aqui, a própria politização do espaço que teve lugar na última década, a partir da retomada da liberdade de imprensa e do fortalecimento das associações de moradores, partidos, sindicatos e movimentos sociais, bem como seus desdobramentos em termos de novas e crescentemente articuladas reivindicações coletivas. E considere-se, ainda, a incorporação do rádio e da televisão ao elenco de bens duráveis das classes populares - o primeiro presente em 84% e o segundo em 74% do total de domicílios no País, em 1990 - com seu poder de informação e sua influência decisiva na criação e difusão de novos hábitos comportamentais e novas necessidades.

O contexto daí resultante - em que sonhos e aspirações se generalizam e cresce a distância social entre os que podem ou não realizá-los - prenuncia uma situação-limite. Aí se combinam e se confrontam as possibilidades de construção da cidadania plena, há tanto tempo e tão desejada, com as possibilidades de acirramento da violência como forma perversa de protesto social.

A definição dos rumos desse processo representa o grande desafio posto para os anos 90 e depende, em larga medida, do enfrentamento da questão social. Se, como assinala Evaristo de Moraes Filho, "o crime é o juro da dívida social", é preciso lembrar que esta dívida é crescente e o principal ainda está por ser pago.

Por isso, no momento em que, com a abertura dos trabalhos de Revisão Constitucional, se amplia e se fortalece o debate sobre o desenvolvimento que se deseja implantar no País e sobre o papel que nele será atribuído ao Estado, a reflexão sobre a desigualdade no Brasil assume uma importância crucial. Ela constitui, a nosso ver, o ponto de partida e a referência básica tanto para se delinear o novo caminho de desenvolvimento a ser perseguido, quanto para reverter a prática e a representação social da violência no País.

Rio de Janeiro, RJ, outubro de 1993.
Jane Souto de Oliveira

O Período 1950-1980: Crescimento Econômico e Desigualdade Social

Certamente, poucos países apresentaram, no período 1950-1980, uma experiência de crescimento e transformação econômica semelhante à do Brasil. Em três décadas, a economia brasileira logrou multiplicar por dez o valor de seu produto real e por quatro o de sua renda *per capita*, associando a essa expansão quantitativa profundas mudanças estruturais.

O perfil da economia que, no imediato pós-guerra, ainda denunciava uma base predominantemente agrícola e se fazia acompanhar por forte concentração populacional no campo, começa a se alterar, em meados dos anos 50, com a introdução de novos ramos industriais, voltados para a produção de bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis.

A partir daí, se consolida um processo de expansão e modernização que, sob o impulso decisivo do Estado, permearia praticamente toda a economia e se traduziria por uma taxa de crescimento médio do PIB da ordem de 7,4% a.a., entre 1950 e 1980. O ritmo e a intensidade deste processo, contudo, não foram os mesmos para os diversos setores de atividade. Sua liderança esteve a cargo das indústrias de transformação e construção civil que evoluíram a taxas de 8,3% e 8,7% a.a, cabendo ao setor primário o desempenho mais fraco do período (4,5% a.a.).

Em decorrência, a indústria elevou sua participação no Produto Interno de 24,1% , em 1950, para 40,6%, em 1980, enquanto a da agropecuária declinou de 24,3% para 10,2% (Tabela 1).

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DO PIB (1) E DA PEA,
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1950-1990
BRASIL

SETOR DE ATIVIDADE	1950		1960		1970		1980		1990	
	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA (2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	24,3	59,9	17,8	54,0	11,6	44,6	10,2	29,3	9,3	22,8
Indústria	24,1	13,7	32,2	12,9	35,8	18,0	40,6	24,9	34,2	22,7
Serviços	51,6	26,4	50,0	33,1	52,6	37,4	49,2	45,8	56,5	54,5

FONTE - IBGE, Censos Demográficos 1950-1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1990.

(1) Inclui o agregado "imputação dos serviços de intermediação financeira". (2) Exclui a PEA da área rural da Região Norte.

Essa passagem do eixo dinâmico da economia para o setor industrial articulou-se, por sua vez, a mudanças significativas na distribuição espacial da população. Na medida em que se beneficiava das economias de aglomeração, proporcionadas pelas grandes cidades, sobretudo do Centro-sul do País, ela favoreceu e foi favorecida por uma acelerada tendência de urbanização.

A esse propósito, bastaria lembrar que nos trinta anos, em exame, praticamente se invertem as posições relativas dos segmentos rural e urbano da população brasileira: enquanto em 1950, a população urbana representava apenas 36,2% do total, em 1980, ela viria a alcançar 67,6%.

Paralelamente, alterou-se também a distribuição setorial da população economicamente ativa, respondendo, por um lado, às novas e crescentes oportunidades de trabalho abertas pela expansão da indústria e dos serviços de apoio à produção e de consumo e, por outro, ao processo de transformação e à conseqüente liberação de mão de obra, que ocorriam no campo.

Desta forma, o setor agropecuário que, em 1950, absorvia praticamente 60% da população ativa, reduz sua participação a menos de 30%, em 1980, enquanto a do setor industrial passa de 13,7% para 24,9% (Tabela 1).

Num período extremamente curto, portanto, o Brasil implementou um vigoroso processo de crescimento, vindo a se afirmar, no limiar dos anos 80, como a 10ª economia capitalista mundial.

Tal crescimento, contudo, não logrou corrigir os graves desequilíbrios de ordem social, setorial e regional presentes na estrutura socioeconômica brasileira. Ao contrário, a direção e o estilo que lhe foram impressos serviram, em alguns casos, para acentuá-los, ao mesmo tempo em que introduziram novas e pesadas restrições ao crescimento futuro.

Assim é que, no início da década de 80, quando claros sinais de esgotamento daquele padrão de crescimento se faziam visíveis, a economia brasileira acumulava, também, uma dívida externa equivalente a aproximadamente 1/4 valor do PIB; experimentava uma inflação da ordem de 100% a.a; ressentia-se de atraso tecnológico no setor industrial e de uma forte dependência do exterior, no que dizia respeito a inovações de processos e produtos; defrontando-se, ainda, com sérios entraves ao desenvolvimento agropecuário, na medida em que a capitalização no campo ocorrera de forma bastante desigual entre regiões e a expansão do produto se dera, via de regra, mais por uma ampliação da fronteira agrícola do que por melhorias de produtividade.

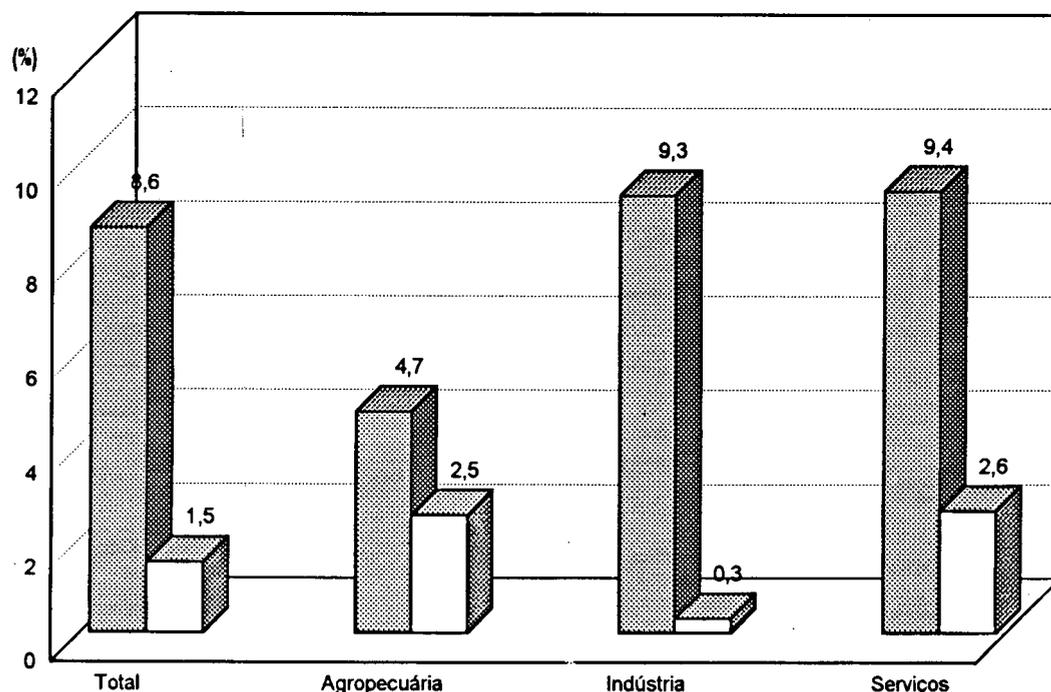
Mais grave, porém, do que a persistência de desequilíbrios setoriais ou de contrastes regionais foi o acirramento das desigualdades sociais que se verificou no período, sobretudo a partir da instauração do regime autoritário em meados da década de 60. Combinando uma rígida política de contenção dos salários e, em especial, dos salários de base a um elevado grau de cerceamento dos direitos e liberdades sindicais, no plano político, a ação governamental posta em prática, a partir de 64, revelou um caráter altamente regressivo. Este se evidenciou, particularmente, no perfil de renda que experimentou forte concentração: entre 1960 e 1980, enquanto os 50% mais pobres da PEA reduziram sua participação na renda de 17,4% para 12,6%, o 1% mais rico ampliou a sua de 11,9% para 16,9%.

Nessas condições, se é inegável que o período 50/80 se traduziu por uma excepcional evolução das taxas de crescimento econômico, é inegável também que este crescimento, longe de proporcionar uma distribuição equitativa de seus frutos sociais, tendeu, ao contrário, a manter grandes contingentes populacionais em situação de pobreza absoluta e a favorecer um dos mais concentrados perfis de distribuição de renda, existentes em escala mundial.

O Período 1980/1990: Perdas Econômicas e Avanços Políticos

Contraopondo-se ao desempenho altamente favorável que ostentou no pós-guerra e em decorrência do pesado endividamento externo que acumulou nos anos 70, a economia brasileira mergulha, a partir dos anos 80, num período de crise e estagnação. Fortes descontinuidades na condução da política econômica - quatro choques heterodoxos entre 1986 e 1990 -, redução dos níveis de investimentos e bruscas oscilações nas taxas de inflação levaram a que o PIB real evoluísse a uma taxa média anual de apenas 1,5% e o PIB *per capita* declinasse de US\$ 3000 para US\$ 2856, entre 1980 e 1990, configurando o que por muitos analistas foi denominado "década perdida" (Gráfico 1, Tabelas 2, 3 e 4).

GRÁFICO 1
TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL, SEGUNDO SETOR
DE ATIVIDADE - 1970-1990



FONTE - IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, 1990
Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

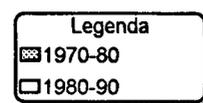


TABELA 2
TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB,
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1981-1991
BRASIL

SETOR DE ATIVIDADE	TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO ANUAL										
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
TOTAL	(-) 4,4	0,6	(-) 3,4	6,3	7,9	7,5	3,6	(-) 0,1	3,3	(-) 4,0	0,9
Setor Agropecuário	8,0	(-) 0,5	(-) 0,6	3,4	10,0	(-) 8,5	14,9	0,9	2,5	(-) 3,7	2,6
Setor Industrial	(-) 8,9	0,0	(-) 5,8	6,6	8,3	11,8	1,1	(-) 2,6	2,9	(-) 8,0	(-) 0,8
Setor Serviços	(-) 2,3	2,0	(-) 0,8	4,1	6,5	8,2	3,3	2,3	3,9	(-) 0,7	2,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

TABELA 3
PRODUTO INTERNO BRUTO, POPULAÇÃO RESIDENTE E
PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA - 1980-91

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO				POPULAÇÃO RESIDENTE EM (1 000 hab.) (1)	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA			
	Em CR\$ 1 000		Índices do Produto Real			Em CR\$ 1		Índices do Produto Real	
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base: 1980=100	Variação Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base: 1980=100	Variação Anual (%)
1980	12 450	12 450	100,0	9,2	118 623	0,105	0,105	100,0	6,8
1981	24 408	11 895	95,5	(-) 4,5	120 918	0,202	0,098	93,7	(-) 6,3
1982	49 676	11 959	96,1	0,5	123 256	0,403	0,097	92,4	(-) 1,4
1983	114 010	11 546	92,7	(-) 3,5	125 640	0,907	0,092	87,6	(-) 5,3
1984	369 149	12 153	97,6	5,3	128 070	2,882	0,095	90,4	3,3
1985	1 386 535	13 117	105,4	7,9	130 547	10,621	0,100	95,7	5,9
1986	3 673 071	14 114	113,4	7,6	133 072	27,602	0,106	101,1	5,6
1987	11 573 648	14 621	117,4	3,6	135 646	85,322	0,108	102,7	1,6
1988	86 551 111	14 606	117,3	(-) 0,1	138 270	625,957	0,106	100,6	(-) 2,0
1989	1 271 755 529	15 085	121,2	3,3	140 944	9 023,126	0,107	102,0	1,3
1990	32 730 993 700	14 423	115,8	(-) 4,4	143 670	227 820,656	0,100	95,7	(-) 6,2
1991	164 990 697 900	14 559	116,9	0,9	146 449	1 126 608,566	0,099	94,7	(-) 1,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

(1) População estimada para 1º de julho de cada ano.

TABELA 4
ESTIMATIVA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - 1980-91
BRASIL

ANOS	PIB (US\$ 1 000 000) (1)	POPULAÇÃO (1 000 000 hab.)	PIB (Per Capita) (US\$ 1 000 000)
1980	355 835	118,6	2 999,7
1981	340 178	120,9	2 813,3
1982	342 219	123,3	2 776,5
1983	330 584	125,6	2 631,2
1984	348 105	128,1	2 718,1
1985	375 605	130,5	2 877,2
1986	403 775	133,1	3 034,2
1987	418 311	135,6	3 083,8
1988	417 893	138,3	3 022,3
1989	431 683	140,9	3 062,8
1990	414 416	143,7	2 884,5
1991	418 270	146,5	2 856,1

FONTES - Relatório do Banco Central do Brasil, nº 28, 1992.

(1) US\$ a preços de 1991.

Mas se isso é verdade no plano econômico, o mesmo não se aplica ao plano político, onde avanços substanciais foram alcançados. Depois de atravessar um longo ciclo de governos autoritários, o País restaura progressivamente a ordem democrática, que se consolida com a promulgação da Nova Constituição Federal, em outubro de 1988, e com a 1ª eleição direta para a Presidência da República em 29 anos.

Durante toda a década uma sucessão de eventos políticos, a começar pelo Movimento das Diretas-já que chegou a aglutinar, em praças públicas, mais de 1 milhão de pessoas, bem como o fortalecimento de associações de moradores, partidos, sindicatos e movimentos (mulheres, negros e ecologistas entre outros) deram mostra de um notável incremento no grau de organização e participação política. Ao mesmo tempo, propiciaram o surgimento de uma pluralidade ideológica maior, a emergência de novos atores políticos e a expressão articulada e crescente de novas demandas sociais.

O quadro que se configura, nos anos 80, combina, portanto, os efeitos trazidos, por um lado, pelo processo de recessão e ajuste econômico, e, por outro, pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas e pela ampliação dos canais de participação popular.

Mapear esse quadro de transformações, avaliando seu impacto sobre as condições de vida da população brasileira, requer o exame de distintos indicadores, a começar pelos de natureza demográfica.

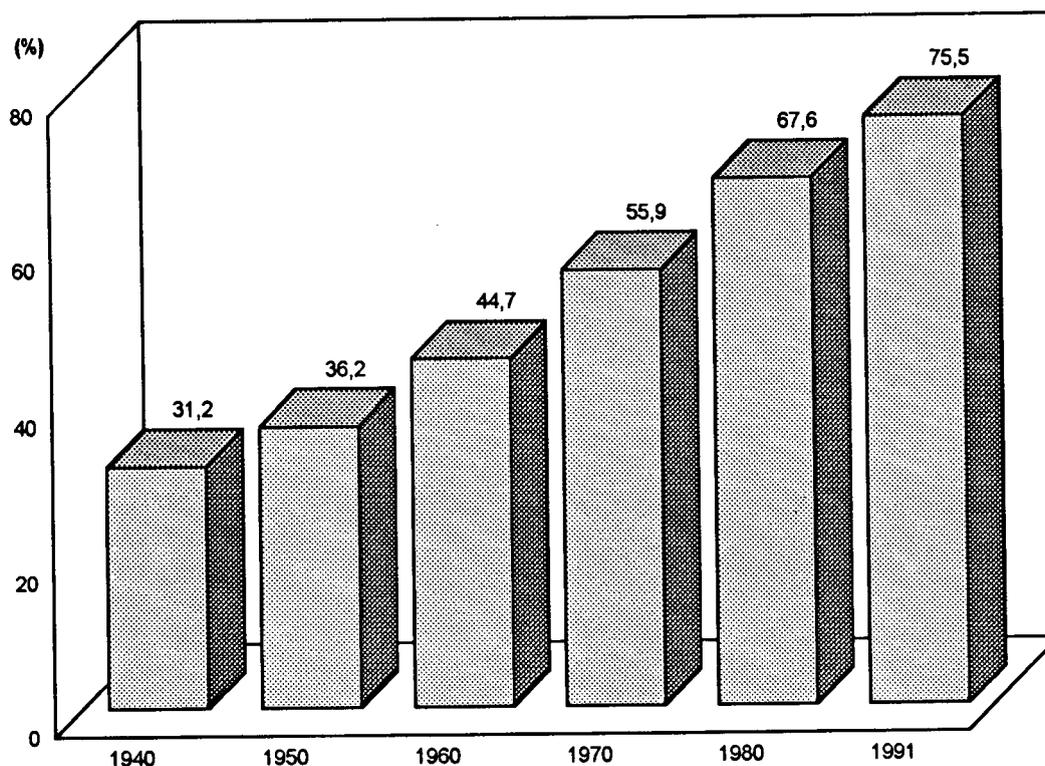
O Período 1980/1990: Mapeamento da Questão Social

Mudanças demográficas

Em 1º de setembro de 1991, data do último Recenseamento Demográfico, a população brasileira era de 146 917 459 habitantes, o que representa um incremento de 23,5% em comparação à população recenseada em 1980.

O perfil de distribuição da população, por situação de domicílio, confirmou a tendência de acelerada urbanização, levando a que, em 1991, mais de 3/4 da população total estivessem habitando em cidades (Gráfico 2). Além disso e a exemplo do que já se observara na década de 70, também entre 1980 e 1991 se registrou um declínio em termos absolutos da população rural, que evoluiu a uma taxa média geométrica anual de (-6,6).

GRÁFICO 2
TAXA DE URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
1940-1991



FONTE - IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1992

O período apontou para a persistência de fluxos migratórios em direção às Regiões Norte e Centro Oeste, muito embora tenham estes ocorrido com menor intensidade que nos anos 70. Associados aos diferenciais inter-regionais de fecundidade, tais movimentos provocaram mudanças na distribuição regional da população. Assim, enquanto as Regiões Nordeste, Sul e Sudeste tiveram sua posição relativa reduzida, a Região Norte logrou ampliar sensivelmente a sua. Além de ter sido, dentre todas as regiões, a que apresentou maior taxa de crescimento, ela se beneficiou também da criação e incorporação, em 1988, do Estado do Tocantins, passando, em 1991, a responder por 7% da população brasileira. Por sua vez, mesmo tendo experimentado a perda decorrente dessa mudança na divisão político-administrativa, a Região Centro-Oeste manteve praticamente inalterada a sua posição relativa, absorvendo, em 1991, 6,4% da população total brasileira (Tabelas 5 e 6).

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 1940-1991

GRANDES REGIÕES	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
BRASIL (1 000 pessoas)	41 165,3	51 944,4	70 070,4	93 139,0	119 002,7	146 917,5
Distribuição percentual (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,6	3,6	3,7	3,9	4,9	(1) 7,0
Nordeste	35,0	34,6	31,7	30,2	29,3	28,9
Sudeste	44,5	43,4	43,7	42,8	43,5	42,6
Sul	13,9	15,1	16,8	17,7	16,0	15,1
Centro-Oeste	3,0	3,4	4,2	5,5	6,3	6,4

FONTE - IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991.

(1) Inclusive a população do Estado do Tocantins (920 116), anteriormente pertencente à Região Centro Oeste.

TABELA 6
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DA
POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES - 1940-1991

GRANDES REGIÕES	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (%)				
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980 (1)	1980/1991 (2)
BRASIL	2,4	3,0	2,9	2,5	1,9
Norte	2,3	3,4	3,4	5,0	4,1
Nordeste	2,8	2,1	2,5	2,2	1,8
Sudeste	2,1	3,1	2,6	2,6	1,7
Sul	3,2	4,1	3,4	1,4	1,4
Centro-Oeste	3,4	5,4	5,6	4,1	3,0

FONTE - IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991 - BERCOVICH, Alcía, MORELL, Maria Graciela Gonzalez de, In: Censo Demográfico de 1991, Análises Preliminares, v.1.

(1) O Estado do Tocantins estava incorporado à Região Centro-Oeste. (2) O Estado do Tocantins foi incorporado à Região Norte.

Ainda no que se refere à dinâmica populacional, aprofundou-se, nestes 11 anos, a tendência, já observada em décadas anteriores, de declínio da taxa de crescimento demográfico, situando-se esta em 1,9%, contra 2,5% na década de 70; 2,9% na década de 60 e 3,0% na década de 50 (Tabela 6).

Tal declínio esteve basicamente associado à queda da taxa de fecundidade total, que, de acordo com estimativas, teria passado de 4,4, em 1980, para 2,7 filhos em média, por mulher, em 1991 (Tabela 7). Certamente, o acelerado processo de urbanização, a prevalência de um padrão familiar mais restrito, implícito na ordem urbano-industrial, a maior participação econômica da mulher no mercado de trabalho e as próprias restrições impostas por um contexto de crise e insegurança econômica concorreram para essa queda. Seu principal determinante, porém, parece ter sido a difusão de métodos anticoncepcionais, cujo uso, nos anos 80, praticamente se generaliza, por todas as regiões e classes sociais, atingindo as populações urbanas mais pobres e a população rural.

TABELA 7
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL,
POR GRANDES REGIÕES - 1940-1991

PERÍODOS	GRANDES REGIÕES					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro - Oeste
1930-1940	6,2	7,2	7,2	5,7	5,7	6,4
1940-1950	6,2	8,0	7,5	5,5	5,7	6,9
1950-1960	6,3	8,6	7,4	6,3	5,9	6,7
1960-1970	5,8	8,3	7,5	4,6	5,4	6,4
1970-1980	4,4	6,5	6,1	3,5	3,6	4,5
1980-1990 (1)	2,7	4,0	4,0	2,4	2,3	2,9

FONTE - IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1990 - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Estimativas preliminares, conciliando indicadores de fecundidade obtidos por diversos métodos e utilizando como fonte, dados dos Censos Demográficos, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios e do Registro Civil.

Pesquisa realizada em 1986 constatou que, do total de mulheres de 15 a 54 anos, 22% utilizavam algum método anticonceptivo, preferencialmente à pílula (16,2%), ao passo que 15,8% não o faziam, por se haverem submetido à cirurgia esterilizadora (Tabela 8).

TABELA 8
MULHERES DE 15 A 54 ANOS, POR CONDIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS
ANTICONCEPTIVOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 1986

GRANDES REGIÕES	MULHERES DE 15 A 54 ANOS							
	Total		Utilizavam métodos			Não utilizavam métodos		Sem declaração
	Absoluto	Relativo (%)	Pílula	Tabela	Outros	Esterilizada	Outras	
BRASIL	37 318 709	100,0	16,2	2,6	3,3	16,8	61,2	1,0
Norte	1 160 565	100,0	11,8	2,3	1,1	16,3	67,4	1,1
Nordeste	10 067 683	100,0	9,8	1,8	2,3	13,5	70,9	1,7
Sudeste	17 517 384	100,0	17,5	3,1	4,0	16,3	58,5	0,6
Sul	6 002 916	100,0	25,4	2,8	4,0	13,1	54,2	0,5
Centro-Oeste	2 570 161	100,0	12,1	1,5	1,8	28,0	55,1	1,5

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Anticoncepção, 1986.

A elevada proporção de mulheres, dentre as usuárias de métodos anticonceptivos, que recorreram à esterilização - da ordem de 41,8% para o Brasil como um todo - suscita duas observações. A primeira é a de que, em se tratando de mulheres bastante jovens (47,5% das que se esterilizaram tomaram essa decisão entre 15 e 29 anos), é possível questionar até que ponto esta prática corresponderia efetivamente a uma escolha consciente da mulher e do casal. Ou resultaria, antes, de uma educação deficiente da mulher quanto a seu próprio corpo, da falta de informações e de acesso a outros métodos anticoncepcionais e de uma assistência médica inadequada, na rede pública de saúde.

A segunda é a de que o recurso em ampla escala à esterilização faz com que o declínio das taxas de fecundidade e o padrão demográfico daí decorrente se configurem, no caso brasileiro, como irreversíveis, o que remete a um envelhecimento da população e exige a formulação de políticas específicas de atenção a adultos e idosos.

Outras estimativas feitas com base nos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 permitem situar melhor o estágio atual do processo de transição demográfica no Brasil. Elas apontam para um declínio da taxa bruta de natalidade de 33‰, em 1980, para cerca de 25‰ em 1991 e fixam entre 6,5‰ e 7‰ a taxa bruta de mortalidade para este último ano.

Caso se confirmem estas previsões, a natalidade não estaria apresentando um declínio comparável ao da fecundidade, o que se explicaria por ser ainda elevado o número absoluto de mulheres tendo filhos, no início da década de 90.

Quanto à mortalidade, a taxa bruta parece ter atingido níveis consistentemente baixos, levando-se em conta a queda da mortalidade infantil, que também se observou ao longo do período, e sua forte influência sobre a mortalidade total.

Embora tenha se reduzido em mais de 1/3, passando de 75,0, em 1980, para 45,0 óbitos infantis por mil nascidos vivos, em 1989 (Tabela 9), esta taxa permanece bastante alta quando comparada com a de países como Cuba (14,0), EUA (11,0) ou Japão (5,2).

TABELA 9
ESTIMATIVAS DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (1),
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 1980-89

GRANDES REGIÕES	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
BRASIL	75,0	68,4	64,5	66,7	65,9	58,1	53,2	51,0	47,5	45,0
Norte	60,9	56,7	57,7	59,5	60,8	59,1	56,8	56,4	47,8	—
Nordeste	115,7	103,4	97,4	107,2	103,3	88,3	79,3	76,6	79,6	75,0
Sudeste	53,4	49,5	46,8	47,2	44,3	40,7	37,2	35,2	33,9	33,0
Sul	45,7	41,1	36,8	36,1	35,0	34,4	32,6	31,3	29,9	—
Centro-Oeste	58,5	54,3	50,1	51,7	54,4	42,8	41,7	41,5	38,0	—

FONTE - Simões, C.R., "O Estudo dos Diferenciais na Mortalidade Infantil, Segundo Algumas Características Sócio-Econômicas". In: Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil. IBGE/UNICEF/INAN, 1992.

(1) Número de óbitos de crianças menores de 1 ano, em cada mil nascidos vivos.

Além disso, as diferenças regionais e socioeconômicas, que apresenta o Brasil, são extremamente acentuadas. Assim, em 1989, a taxa de mortalidade infantil variava de 33‰ na Região Sudeste a 75‰ na Região Nordeste. No mesmo ano, sua incidência entre famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo era de 75,2‰, ao passo que, entre famílias com renda *per capita* superior a 1 salário mínimo, correspondia a 33,3‰.

Conclusões semelhantes - melhoria ao longo da década e persistência de fortes desigualdades entre regiões e grupos sociais específicos - podem ser extraídas da análise de um outro indicador; o de esperança de vida ao nascer, estimado em 60,1 anos para 1980 e em 65,6 anos para 1990. Estudo realizado com base na PNAD 1984 estimou que, confrontando-se a média obtida para o grupo mais pobre da Região Nordeste (51,5 anos) com a do grupo mais rico da Região Sudeste (75 anos) o diferencial de anos de esperança de vida equivaleria a 23,5 anos (Tabela 10).

TABELA 10
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO AS
CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR - 1984

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)								
	Brasil			Região Nordeste			Região Sudeste		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Até 1 salário mínimo	57,5	58,2	56,9	51,5	50,9	51,8	66,3	65,4	67,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	62,0	63,4	59,8	53,7	54,9	52,5	67,8	67,0	70,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	67,6	69,2	62,7	60,7	65,3	53,5	70,3	70,5	64,5
Mais de 3 a 5 salários mínimos	69,7	70,3	66,7	63,6	64,5	61,1	71,2	71,2	71,5
Mais de 5 salários mínimos	73,4	73,3	71,3	67,4	68,5	61,9	-	-	68,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1984.

Os anos 80 apontam também mudanças no padrão de urbanização. Em linhas gerais, estas revelam um processo de desconcentração, que se expressa sobretudo no incremento maior dos municípios de porte médio (entre 100 000 e 500 000 habitantes) (Tabela 11). Indicam, ainda, que, embora a posição relativa do conjunto de regiões metropolitanas tenha permanecido praticamente constante entre 1980 e 1991, sua taxa de crescimento demográfico (2,0%) se situou bem abaixo da taxa das áreas urbanas não metropolitanas (3,6%).

TABELA 11
INDICADORES DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

UNIDADES	INCREMENTO RELATIVO DE POPULAÇÃO 1980-1991 (%)	TAXA MÉDIA GEOGRÁFICA DE INCREMENTO ANUAL 1980-1991 (%)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO BRASIL	
			1980	1991
BRASIL	23,5	1,9	100,0	100,0
Regiões Metropolitanas	24,1	2,0	28,9	29,0
Capitais	22,8	1,9	24,2	24,0
Municípios com menos de 100 000 habitantes	22,3	1,9	56,5	56,3
Municípios entre 100 000 e 500 000 habitantes	30,4	2,4	19,1	20,3
Municípios com mais de 500 000 habitantes	18,0	1,5	24,4	23,4

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos de 1980 e 1991 - BERCOVICH, Alicia, MORELL, Maria Graciela Gonzalez de, In: Censo Demográfico de 1991, Análises Preliminares, v.1.

Mudanças no Mercado de Trabalho

A crise e o subsequente processo de ajuste econômico que caracterizam os anos 80, no Brasil, ao mesmo tempo em que acentuaram algumas tendências já esboçadas em décadas anteriores, serviram, também, para introduzir novas e relevantes mudanças no perfil de trabalho e rendimento. Entre as primeiras haveria que assinalar a tendência de maior participação econômica, que se manifesta numa elevação da taxa de atividade global de 53,4% em 1981, para 56,7% em 1990 (Tabela 12).

TABELA 12
TAXAS DE ATIVIDADE, POR SEXO - 1981-1990

ANOS	TAXAS DE ATIVIDADE		
	Total	Homens	Mulheres
1981	53,4	74,6	32,9
1983	54,8	74,8	35,6
1984	54,8	74,6	35,6
1985	56,1	76,0	36,9
1986	55,8	75,7	36,8
1987	57,1	76,6	38,6
1988	56,8	75,9	38,7
1989	56,7	75,8	38,7
1990	56,7	75,3	39,2

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD vários anos.

Embora generalizada, tal tendência não deixou de obedecer a alguns critérios de seletividade. De fato, para ela concorreram os acréscimos significativos das pessoas ocupadas em idade adulta (45,8% na faixa de 25 a 59 anos e de 50,9% na de 60 anos e mais); com níveis mais elevados de instrução (87,4% para as pessoas com 8 a 11 e 86,6% para as com 12 ou mais anos de estudo); de sexo feminino (55,5%) e em atividades não-agrícolas (49,0%) (Tabela 13).

Em decorrência, o perfil da população ocupada em 1990 apresenta como traços distintivos, em relação ao de 1981, um maior grau de envelhecimento, melhores níveis de escolaridade, uma distribuição mais equitativa entre homens e mulheres e uma concentração ainda mais forte, em atividades urbanas e não-agrícolas.

Ao contrário, porém, do que ocorreu nos anos 70, quando o setor secundário foi o principal responsável pela geração de novos postos de trabalho, no anos 80 este papel se deslocou nitidamente para o setor terciário.

TABELA 13
INDICADORES DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO - 1981-1990
BRASIL

INDICADORES	1981	1990	VARIÇÃO PERCENTUAL	
			Período	Anual
População Economicamente Ativa	47 485,8	64 468,0	35,8	3,5
Distribuição Percentual (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	70,7	73,9	42,0	4,0
Rural	29,3	26,1	20,6	2,1
População Ocupada				
Por sexo	45 465,4	62 100,5	36,6	3,5
Distribuição percentual (%)	100,0	100,0		
Homens	68,8	64,4	28,0	2,8
Mulheres	31,2	35,6	55,5	5,0
Por setor de atividade	45 465,4	62 100,5	36,6	3,5
Distribuição percentual (%)	100,0	100,0		
Agrícola	29,3	22,8	6,6	0,7
Não-Agrícola	70,7	77,2	49,0	4,5
Por nível de instrução	45 329,0	62 046,5	36,9	3,6
Distribuição percentual (%)	100,00	100,00		
Sem instrução	21,3	16,4	5,0	0,5
1 a 3	23,4	19,1	11,4	1,2
4 a 7	32,1	32,9	40,4	3,8
8 a 11	16,9	23,1	87,4	7,2
12 e mais	6,2	8,5	86,6	7,2
Por idade	45 63,2	62 100,3	36,6	3,5
Distribuição percentual (%)	100,0	100,0		
10 a 17	14,2	11,8	13,0	1,4
18 a 24	21,8	19,7	23,8	2,4
25 a 59	59,5	63,6	5,8	4,3
60 e mais	4,5	4,9	50,9	4,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimentos.

NOTAS - 1. Excluído sem declaração nas variáveis pesquisadas.

2. Valores absolutos em 1 000 pessoas.

Na verdade, entre 1981 e 1990, as atividades secundárias não chegaram a absorver 20,0% do aumento global de pessoas ocupadas e tiveram sua participação na distribuição setorial reduzida de 23,7% para 21,9% (Gráfico 3 e Tabela 14).

Em contraposição ao setor industrial, o setor terciário caracterizou-se por uma notável capacidade de absorção de mão-de-obra, fazendo com que para ele convergissem 78% (um contingente de cerca de 13 milhões de pessoas) do acréscimo total de pessoas ocupadas entre 1981 e 1990. Além disso, o fato de sua expansão ter se dado não de forma pontual, mas ao longo de todo o período e a uma taxa média anual superior a 5%, garantiu que o terciário viesse a responder, em 1990, por mais da metade (55,2%) do total de pessoas ocupadas (Tabela 14).

Para essa terciarização teriam concorrido, por um lado, processos de ajuste produtivo e de externalização de serviços industriais (visíveis, por exemplo, no crescimento dos serviços financeiros e técnicos), bem como a ampliação e diversificação da rede de comércio e serviços, voltada para o atendimento das camadas de média e alta renda urbanas.

TABELA 14
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA,
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1981-1990
BRASIL

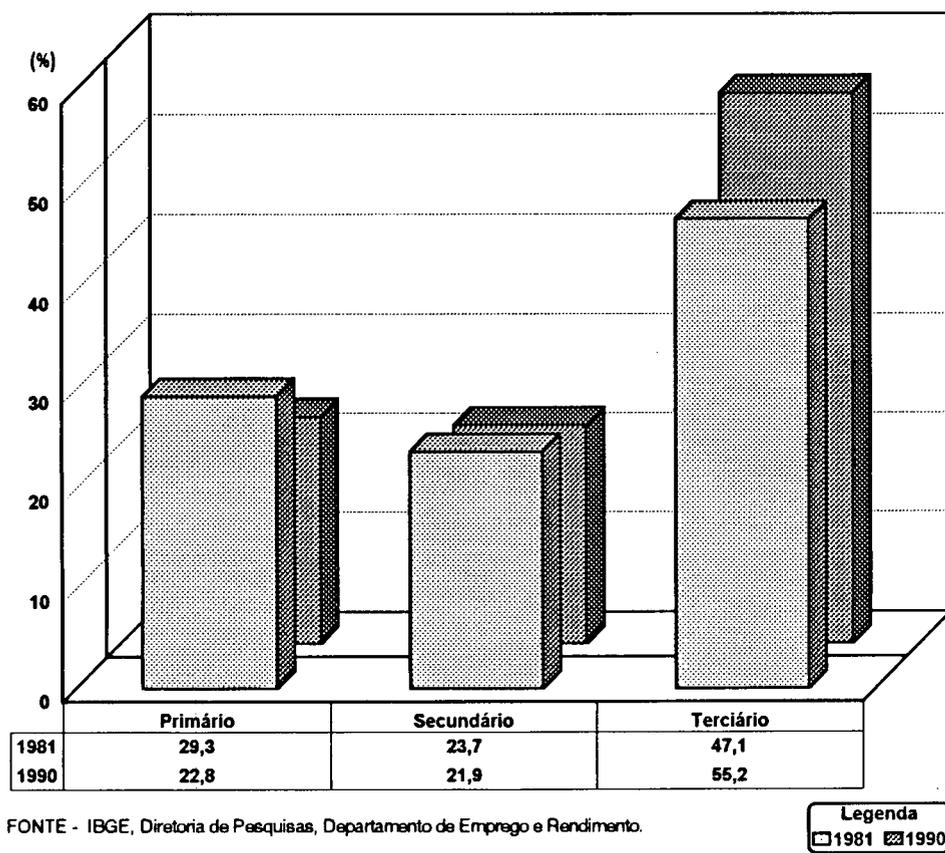
SETOR DE ATIVIDADE	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA				VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	
	1981	1983	1986	1990	Período	Anual
TOTAL (1 000 pessoas)	45 465,4	48 466,5	55 436,0	62 100,5	36,6	3,5
Distribuição relativa (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
Primário	29,3	27,1	25,9	22,8	6,6	0,7
Secundário	23,7	24,4	23,3	21,9	26,5	2,6
Extrativa mineral	0,6	0,8	0,6	0,6	31,6	3,1
Transformação	15,0	14,0	16,2	15,2	38,2	3,7
Transformação I	6,0	5,5	6,5	6,1	37,2	3,6
Transformação II	9,0	8,5	9,7	9,1	38,8	3,7
Construção civil	8,1	9,5	6,5	6,2	4,3	0,5
Terciário	47,1	48,6	50,8	55,2	60,3	6,4
Comércio de mercadorias	10,3	10,5	11,3	12,8	70,1	6,1
Atividade de comércio exclusive ambulantes	8,5	8,6	9,2	10,3	65,5	5,8
Feira e comércio ambulantes	1,8	1,9	2,1	2,6	91,3	7,5
Prestação de serviços	15,3	16,3	16,6	17,9	60,1	5,4
Prestação de serviços exclusive domésticos	9,3	9,8	10,0	11,9	75,3	6,4
Serviços domésticos	6,0	6,5	6,6	6,1	36,8	3,5
Transporte e comunicação	4,9	4,7	4,4	4,7	30,9	3,0
Atividade sociais (1)	3,2	3,2	3,6	4,0	71,8	6,2
Serviços públicos (2)	8,0	8,3	9,2	9,7	65,9	5,8
Serviços financeiros, técnicos e profissionais	3,7	3,9	3,8	3,9	42,0	4,0
Outros	1,7	1,7	1,9	2,2	79,7	6,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclusive sem declaração de atividade.

(1) Exclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos.

GRÁFICO 3
POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE 1981-1990



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

Para ela também teria contribuído a política compensatória de emprego, levada a efeito pelo setor público e que serviu para ampliar sua participação relativa na distribuição setorial de pessoas ocupadas de 8,0%, em 1981, para 9,7%, em 1990 (Tabela 14).

Por último, ela seria resultado ainda, de uma expansão de atividades precárias, tradicionalmente incluídas no espectro da assim chamada economia informal. O notável incremento de pessoas ocupadas no comércio ambulante no período (91,3%) fornece disso o melhor exemplo.

Em síntese, a terciarização levada a efeito na última década estaria associada tanto à criação ou ampliação de atividades modernas e organizadas quanto à permanência ou mesmo recriação de atividades não organizadas, muitas das quais responderiam, mais propriamente, à estratégia de sobrevivência possível de seus agentes.

É também nesta direção que deve ser avaliada a contínua elevação da participação econômica das mulheres, que passam a representar 35,6% da população ocupada total, em 1990. Tal tendência se fez acompanhar por uma diversificação dos postos de trabalho femininos e, em especial, pelo afluxo de mulheres a ocupações de melhor status social, visível no crescimento das ocupações urbanas de nível superior e gerenciais que evoluíram a taxas médias anuais de aproximadamente 10% (Tabela 15). Não obstante isso, foram as ocupações manuais de menor qualificação - dentre as quais serviriam de exemplo as de trabalhadoras domésticas, balconistas, comerciantes ambulantes, aprendizes e ajudantes industriais - as responsáveis por mais da metade (51,8%) do incremento absoluto de mulheres, observado no mercado urbano, entre 1981 e 1990.

TABELA 15
INDICADORES DA POPULAÇÃO OCUPADA - 1981-1990
BRASIL

ATIVIDADE E CATEGORIAS SÓCIO- OCUPACIONAIS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		COMPOSIÇÃO POR SEXO		TAXA DE CRESCIMENTO
	1981	1990	1981	1990	1981-1990
Agrícola	100,0	100,0	-	-	0,7
Homens	78,9	79,2	-	-	0,7
Mulheres	21,1	20,8	-	-	0,5
Não Agrícola	100,0	100,0	-	-	4,4
Homens	64,6	60,0	-	-	3,6
Empregadores	2,8	3,8	88,7	80,7	8,2
Empregados públicos (1)	5,5	5,7	48,8	44,6	4,7
Em ocupações de nível superior e gerencial	1,2	1,2	49,3	42,9	5,0
Em ocupações de nível médio	2,6	2,4	41,1	38,1	3,5
Em ocupações manuais	1,8	2,1	66,2	57,4	6,0
Empregados particulares (2)	42,4	37,0	75,5	70,7	2,9
Em ocupações de nível superior e gerencial	2,7	2,6	78,3	67,7	4,2
Em ocupações de nível médio	7,4	6,8	57,4	53,4	3,3
Em ocupações manuais	32,3	27,6	81,1	77,2	2,6
Empregados autônomos	12,5	12,0	66,1	59,6	4,0
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,4	0,4	78,9	64,7	3,4
Em ocupações de nível médio	0,9	1,1	77,0	68,8	6,7
Em ocupações manuais	11,2	10,5	65,1	58,7	3,8
Trabalhadores domésticos	0,5	0,6	5,8	7,7	6,8
Não remunerados	1,0	0,9	53,0	42,4	4,0
Mulheres	35,4	40,0	-	-	5,9
Empregadores	0,4	0,9	11,3	19,3	16,1
Empregados públicos (1)	5,8	7,0	51,2	55,4	6,7
Em ocupações de nível superior e gerencial	1,2	1,6	50,7	57,1	8,0
Em ocupações de nível médio	3,7	3,8	58,9	61,9	5,0
Em ocupações manuais	0,9	1,5	33,8	42,6	10,5
Empregados particulares (2)	13,8	15,4	24,5	29,3	5,7
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,7	1,3	21,7	32,3	10,7
Em ocupações de nível médio	5,5	5,9	42,6	46,6	5,2
Em ocupações manuais	7,5	8,2	18,9	22,8	5,4
Empregados autônomos	6,4	8,1	33,9	40,4	7,2
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,1	0,2	23,1	35,3	10,5
Em ocupações de nível médio	0,3	0,5	23,0	31,2	11,8
Em ocupações manuais	6,0	7,4	34,9	41,3	6,9
Trabalhadores domésticos	8,2	7,4	94,2	92,3	3,3
Não remunerados	0,9	1,2	47,0	57,6	9,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclui-se os sem declaração nas variáveis pesquisadas e com ocupações mal definidas.

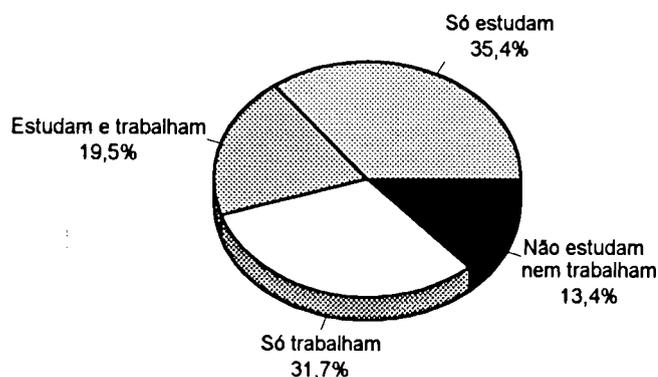
(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Exclui-se ensino, previdência social e serviços médicos públicos.

Cabe perguntar, portanto, em que medida a maior participação de mulheres assume um significado homogêneo, ou seja, pode ser lida e interpretada dentro do marco geral de emancipação feminina e de afirmação de seus direitos de cidadania. Neste sentido, a evidência trazida por diversos estudos de caráter sociológico e antropológico, feitos nos grandes centros urbanos do País, parece indicar, ao contrário, que, para um grande contingente de mulheres provenientes dos grupos de baixa renda, o trabalho se afigura mais propriamente como um dever do que como um direito adquirido.

Longe, portanto, de corresponderem apenas a um indicador de participação social, o ingresso e a permanência de mulheres no mercado de trabalho podem estar significando, também, no caso de muitas, um sinal de pauperização, um fruto do aviltamento dos níveis salariais e um fator de realimentação desse processo, de vez que, por representarem mão de obra mais barata, contribuem para rebaixar a remuneração média do conjunto de trabalhadores.

O que, com mais razão ainda, se aplica à participação de crianças e jovens (10 a 17 anos) no mercado de trabalho. Embora esta participação, no conjunto de pessoas ocupadas tenha decrescido de 14,2% para 11,6% entre 1981 e 1990, os números absolutos, por ela refletidos, permanecem ainda em patamares elevados. Em 1990, 2 873 523 crianças na faixa de 10 a 14 anos e 4 425 822 adolescentes na faixa de 15 a 17 anos - um contingente equivalente à população da Suíça e duas vezes superior à do Uruguai, estavam trabalhando no Brasil, o que dá testemunho da dimensão que assume, no País, o recurso ao trabalho infanto-juvenil (Gráfico 4). Comparações internacionais, mesmo com países mais pobres, colocam o Brasil em posição desfavorável. Estudo da OIT, realizado em meados dos anos 80, indicou, por exemplo, que a taxa de atividade infantil no Brasil (então da ordem de 18% e em 1990 de 17,2%) era superior à da Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), República Dominicana (15,5%), sendo ultrapassada, no entanto, pela do Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%).

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS POR
FREQÜÊNCIA À ESCOLA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO - 1990
BRASIL



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1990

Inscrevendo-se, predominantemente, numa estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres, o trabalho de crianças e adolescentes acaba por lhes impor um custo social elevado: a renúncia a um grau de escolarização maior, capaz de lhes garantir, no futuro, melhor colocação no mercado de trabalho ou uma sobrecarga de tarefas de que resulta considerável desgaste físico e mental.

Em decorrência de seus baixos níveis de instrução e experiência, a maioria das crianças e adolescentes que trabalham o faz em condições extremamente adversas. Longas jornadas de trabalho (65% mais de 40 horas semanais), tarefas pouco qualificadas e, por vezes, árduas e perigosas, falta de proteção trabalhista (apenas 25,6% possuem carteira assinada pelo empregador) e remuneração inferior ou equivalente ao estabelecido por lei (86,2% tem rendimento de até 1 salário mínimo) caracterizam sua atividade (Tabela 16).

Nessas condições, não chega a surpreender que as taxas de escolarização caiam abruptamente da faixa de 10 a 14 anos (84,2%) para a de 15 a 17 anos (56,8%), justamente a idade em que aumenta a participação no mercado de trabalho (de 17,2% para 50,4%).

Não obstante os sinais positivos observados ao longo da década, dando conta de um aumento das taxas de escolarização infanto-juvenil, a conclusão é a de que a sociedade brasileira está ainda longe de garantir o cumprimento ao preceito constitucional de universalização do ensino e, principalmente, de estender a todas as crianças e jovens o direito a serem apenas estudantes.

TABELA 16
CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS - 1990
BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PERCENTUAIS
Taxa de atividade da população	
10 a 14 anos	17,2
15 a 17 anos	50,4
Pessoas de 10 a 17 anos	
Só estudam	35,4
Estudam e trabalham	19,5
Só trabalham	31,7
Não estudam nem trabalham	13,4
Características do trabalho	
Atividades não-agrícolas	59,9
Empregados	62,4
Empregados com carteira de trabalho assinada	25,6
Mais de 40 horas semanais de trabalho	65,1
Com rendimento de até 1 salário mínimo	86,2

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1990.

A persistência de crianças e jovens, bem como o elevado afluxo de mulheres no mercado de trabalho, num contexto de forte retração da atividade econômica, já fariam supor mudanças na forma de inserção dos agentes no processo produtivo.

Estas se manifestam através de dois fenômenos que emergem da comparação entre 1981 e 1990, a saber: a perda da importância relativa do assalariamento, em contraposição à produção independente, e a redução na proporção de trabalhadores vinculados à Previdência Social.

TABELA 17
PESSOAS OCUPADAS NO MERCADO DE TRABALHO
POR FORMA DE INSERÇÃO - 1981-1990
BRASIL

CATEGORIAS DE INSERÇÃO	ANOS		VARIÇÃO PERCENTUAL	
	1981	1990	Período	Anual
TOTAL (1 000 pessoas)	44 745,2	60 628,0		
Distribuição relativa (%)	100,0	100,0	35,5	3,4
Empregadores	3,2	4,7	97,8	7,9
Empregados públicos (1)	8,0	9,7	65,2	5,7
Empregados particulares (2)	50,4	48,8	31,1	3,1
Empregados autônomos	22,3	22,6	37,4	3,6
Trabalhadores domésticos	6,1	6,2	36,6	3,5
Não remunerados	10,0	8,1	9,2	1,0
Não agrícolas (1 000 pessoas)	31 450,7	46 509,7		
Distribuição relativa (%)	100,0	100,0	47,9	4,4
Empregadores	3,1	4,7	123,9	9,4
Empregados públicos (1)	11,3	12,6	65,2	5,7
Empregados particulares (2)	56,2	52,3	37,7	3,6
Empregados autônomos	18,9	20,1	57,6	5,2
Trabalhadores domésticos	8,7	8,1	36,6	3,5
Não remunerados	1,8	2,2	77,6	6,6
Agrícolas (1 000 pessoas)	13 294,5	14 118,6		
Distribuição relativa (%)	100,0	100,0	6,2	0,7
Empregadores	3,5	4,7	42,6	4,0
Empregados particulares (2)	36,6	36,9	7,0	0,7
Empregados autônomos	30,4	30,9	7,8	0,8
Não remunerados	29,5	27,5	(-) 0,8	0,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Excluído os sem declaração nas variáveis pesquisadas e os com ocupações mal definidas.

(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Excluído ensino, previdência social e serviços médicos público

Enquanto trabalhadores autônomos e pequenos empregadores em atividades urbanas tiveram sua participação ampliada, a dos empregados particulares, como um todo, declinou de 56,2% para 52,3% (Tabela 17). Além disso, assistiu-se, também, ao longo do período, a uma queda de participação dos empregados com cobertura previdenciária (de 44,9% para 40,3%) e ao acréscimo da dos sem cobertura (de 11,3% para 12%) na distribuição total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas (Tabela 18).

TABELA 18
PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS POR CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
SEGUNDO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
BRASIL

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL 1981-1990
	1981	1990	
TOTAL (1 000 pessoas)	31 450,7	46 509,7	
Com Contribuição (1 000 pessoas)	21 215,1	29 208,1	3,6
Distribuição relativa (%)	67,5	62,8	-
Empregadores	2,8	3,7	7,6
Empregados públicos (1)	9,9	10,8	5,5
Empregados particulares (2)	44,9	40,3	3,2
Em ocupações de nível superior e gerencial	3,3	3,5	5,3
Em ocupações de nível médio	11,9	11,2	3,8
Em ocupações manuais	29,8	25,6	2,7
Trabalhadores autônomos	7,8	6,0	1,4
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,4	0,5	6,9
Em ocupações de nível médio	0,6	0,7	5,3
Em ocupações manuais	6,8	4,8	0,5
Trabalhadores domésticos	2,0	1,9	3,8
Não remunerados	0,1	0,1	1,4
Sem Contribuição (1 000 pessoas)	10 235,6	17 301,6	6,0
Distribuição relativa (%)	32,5	37,2	-
Empregadores	0,3	1,0	18,0
Empregados públicos (1)	1,5	1,9	7,6
Empregados particulares (2)	11,3	12,0	5,1
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,2	0,4	13,8
Em ocupações de nível médio	1,1	1,4	7,4
Em ocupações manuais	10,1	10,2	4,6
Trabalhadores autônomos	11,0	14,1	7,3
Em ocupações de nível superior e gerencial	0,1	0,2	12,1
Em ocupações de nível médio	0,5	0,8	10,1
Em ocupações manuais	10,4	13,1	7,1
Trabalhadores domésticos	6,7	6,1	3,3
Não remunerados	1,7	2,1	7,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclui-se os sem declaração nas variáveis pesquisadas e os com ocupações mal definidas.

(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Exclui-se ensino, previdência social e serviços médicos públicos.

Por outro lado, o decréscimo relativo do número de pessoas vinculadas à Previdência Social não se deu apenas no caso dos empregados particulares, mas, ao contrário, representou um fenômeno praticamente generalizado no mercado de trabalho urbano, daí resultando que a participação dos não contribuintes no conjunto de pessoas ocupadas, entre 1981 e 1990, declinasse de 67,5% para 62,8% (Tabela 18).

Tais dados sugerem um progressivo afastamento tanto do modelo clássico de emprego, quanto da órbita de regulamentação do Estado, no mercado de trabalho urbano. Neste sentido, teriam desempenhado um papel relevante três fenômenos que estão fortemente relacionados e respondem, igualmente, à crise e ao processo de ajuste econômico dos anos 80: a expansão do fenômeno microempresarial, o crescimento do setor informal e as estratégias empresariais de "flexibilização".

Pela ótica do capital, é provável que essas estratégias tenham incorporado, entre outros aspectos, a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a intensificação das práticas de subcontratação, a revitalização do trabalho a domicílio, a incorporação crescente de trabalhadores sem vínculo formal, além do recurso a demissões.

Pela ótica dos trabalhadores, é provável que, em face de uma conjuntura recessiva, parcela significativa destes tenha sido levada a aceitar formas mais precárias de emprego ou a prover suas condições de subsistência, através do trabalho por conta própria ou de pequenos empreendimentos.

Assim, teriam ganho vulto dois movimentos distintos, embora complementares, na economia brasileira, dando conta, por um lado, de uma ampliação do espaço do setor informal (mediante a inserção de trabalhadores em unidades de produção não organizadas em moldes capitalistas) e, por outro, de um processo de informalização dentro das próprias empresas capitalistas.

Esse duplo movimento certamente ajudou a configurar, em 1990, um novo perfil de inserção no mercado de trabalho urbano no Brasil que, em comparação com o do início da década de 80, ostenta como traços distintivos: a perda da importância relativa do trabalho assalariado em contraposição ao trabalho autônomo, o crescimento de formas de "emprego" sem vínculo contratual e uma redução generalizada dos níveis de cobertura social.

Mudanças no Perfil de Rendimentos

Embora em média o rendimento real das pessoas ocupadas, medido em salários mínimos, tenha permanecido o mesmo, em 1981 e 1990 (4,9 salários mínimos), variações significativas e com sinais diferentes ocorreram tanto em termos de setores de atividade, quanto em termos da forma de inserção dos agentes no mercado de trabalho.

Em nível setorial, por exemplo, os trabalhadores engajados na indústria de transformação tiveram uma queda de rendimento de 15,5%, entre 1981 e 1990, enquanto os ocupados na prestação de serviços e no comércio estabelecido elevaram o seu em 9,7% e 8,2%, respectivamente.

Quanto à forma de inserção, registraram-se perdas generalizadas para todos os empregados particulares: 23,9% para os engajados em ocupações de nível superior e gerenciais; 17,9% para os de nível médio e 14,7% para os manuais. Em contrapartida, empregadores, empregados públicos e trabalhadores autônomos lograram ampliar seu rendimento médio ao longo do período,

observando-se os maiores ganhos no caso dos trabalhadores autônomos de nível superior (12,9%) e de nível médio (10,5%) (Tabela 19).

TABELA 19
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RENDIMENTO, EM ATIVIDADES NÃO-AGRICOLAS, SEGUNDO CATEGORIAS
SÓCIO-OCUPACIONAIS - 1981-1990
BRASIL

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (salário mínimo)				VARIÇÃO PERCENTUAL 1981-1990
	1981	1983	1986	1990	
Não-agricola	4,9	4,1	6,6	4,9	0,0
Empregadores	15,2	13,4	26,6	15,9	4,6
Empregados públicos (1)	5,7	5,0	6,8	5,9	3,5
Em ocupações de nível superior e gerencial	12,2	10,6	14,7	12,6	3,3
Em ocupações de nível médio	4,4	3,9	5,3	4,7	6,8
Em ocupações manuais	2,8	2,2	3,1	2,5	(-) 10,7
Empregados particulares (2)	5,1	4,0	6,0	4,3	(-) 15,7
Em ocupações de nível superior e gerencial	18,4	15,4	21,1	14,0	(-) 23,9
Em ocupações de nível médio	6,7	5,6	7,5	5,5	(-) 17,9
Em ocupações manuais	3,4	2,6	4,1	2,9	(-) 14,7
Empregados autônomos	4,2	3,7	7,0	4,5	7,1
Em ocupações de nível superior e gerencial	16,3	14,1	28,7	18,4	12,9
Em ocupações de nível médio	7,6	6,7	12,2	8,4	10,5
Em ocupações manuais	3,6	3,1	5,9	3,7	2,8
Trabalhadores domésticos	1,1	0,9	1,4	1,0	(-) 9,1

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclusive os sem rendimento, os sem declaração nas variáveis pesquisadas e os com ocupações mal definidas.

(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Exclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos.

A evolução de rendimentos por sexo revela, por sua vez, uma variação proporcional (cerca de 10%) mas com sentido contrário, para homens e mulheres, declinando o rendimento médio dos primeiros e elevando-se o das últimas (Tabela 20).

TABELA 20
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RENDIMENTO, EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS, POR SEXO,
SEGUNDO CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS - 1981-1990
BRASIL

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (salário mínimo)				VARIÇÃO PERCENTUAL 1981-1990	
	Homens		Mulheres		Homens	Mulheres
	1981	1990	1981	1990		
Não-agrícola	6,0	5,4	2,9	3,2	(-) 10,0	10,3
Empregadores	15,8	17,0	10,4	1,4	7,6	9,6
Empregados públicos (1)	7,0	7,3	4,4	4,7	4,3	6,8
Em ocupações de nível superior e gerencial	15,9	17,3	8,6	9,1	8,8	5,8
Em ocupações de nível médio	5,5	5,7	3,6	4,1	3,6	13,9
Em ocupações manuais	3,3	3,1	1,9	1,6	(-) 6,1	(-) 15,8
Empregados particulares (2)	5,5	4,8	3,7	3,4	(-) 12,7	(-) 8,1
Em ocupações de nível superior e gerencial	20,8	16,3	10,0	9,0	(-) 21,6	(-) 10,0
Em ocupações de nível médio	8,2	6,7	4,8	4,1	(-) 18,3	(-) 14,6
Em ocupações manuais	3,6	3,2	2,2	1,9	(-) 11,1	(-) 13,6
Empregados autônomos	5,4	5,8	1,8	2,6	7,4	44,4
Em ocupações de nível superior e gerencial	18,3	20,5	9,6	4,5	12,0	51,0
Em ocupações de nível médio	8,8	9,8	3,5	5,1	11,4	45,7
Em ocupações manuais	4,7	4,9	1,6	2,1	4,3	31,2
Trabalhadores domésticos	1,7	1,4	1,0	1,0	(-) 17,6	0,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclusive os sem declaração nas variáveis pesquisadas e os com ocupações mal definidas e os sem rendimento.

(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos. (2) Exclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos.

O balanço das perdas do período indica que estas tenderam a incidir, mais fortemente, sobre alguns segmentos: empregados particulares (em relação às demais categorias ocupacionais); homens (em relação a mulheres) e contribuintes da previdência (em relação a não contribuintes). Neste sentido, a mudança parece refletir, basicamente, um processo de nivelamento, por baixo, dos rendimentos, que teria operado sobretudo nos setores "organizados" da economia urbana. Assim, as quedas mais expressivas se registraram exatamente para os empregados do setor privado (-15,7%) e, dentre estes, para os contribuintes da previdência social (-15,3%) e especialmente para os engajados em ocupações de nível superior e gerenciais (-22,5%).

Importa ressaltar que este processo se efetivou, em realidade, num contexto de forte concentração de rendimentos. Entre 1981 e 1990 apenas os 20% mais ricos lograram elevar sua participação relativa na apropriação do rendimento, sendo mais expressivos os ganhos dos 10% mais ricos. Além disso, se observou, também, um movimento de reconcentração no topo da pirâmide, passando os 5% mais ricos a se apropriarem de 34,4% dos rendimentos (contra 31,9% em 1981) e o 1% mais rico de 13,9% (contra 12,1% em 1981) (Tabela 21).

TABELA 21
DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHADORES DA POPULAÇÃO OCUPADA,
SEGUNDO CLASSES DE PERCENTUAL - 1981-1990
BRASIL

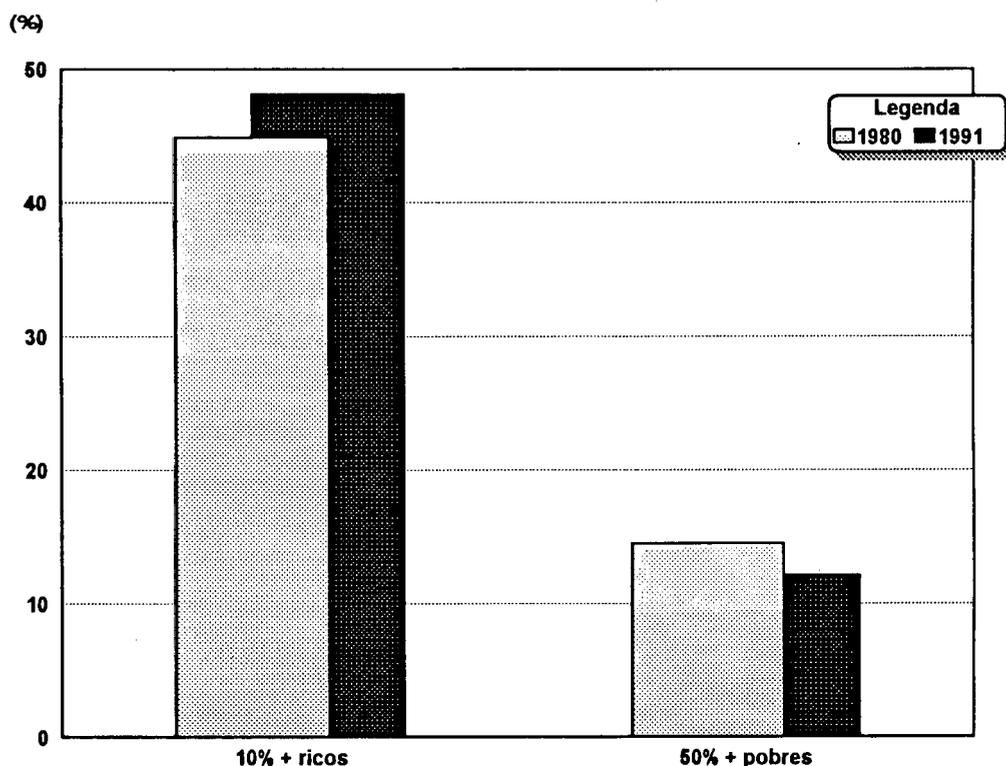
CLASSES DE PERCENTUAL	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO (%)							
	Na classe				Acumulada			
	1981	1983	1986	1990	1981	1983	1986	1990
10-	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,0	1,0	0,8
10	2,0	1,8	2,1	1,8	2,9	2,8	3,0	2,6
10	3,0	2,8	2,7	2,3	5,9	5,6	5,7	4,9
10	3,8	3,5	3,3	3,0	9,7	9,1	9,1	7,9
10	4,8	4,3	4,4	4,1	14,5	13,4	13,5	12,1
10	6,1	5,7	5,7	5,5	20,6	19,0	19,2	17,6
10	7,8	7,4	7,4	7,5	28,4	26,5	26,6	25,1
10	10,6	10,4	10,3	10,5	39,0	36,9	36,9	35,5
10	16,1	16,6	15,9	16,4	55,1	53,4	52,7	51,9
10+	44,9	46,2	47,3	48,1	100,0	100,0	100,0	100,0
5+	31,9	33,0	33,9	34,4				
1+	12,1	13,3	14,0	13,9				
Índice de Gini	0,5644	0,5835	0,5841	0,6024				
Índice de Theil	0,6359	0,6940	0,7176	0,7464				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Exclusive os sem rendimentos e os sem declaração de rendimento.

Como resultado, o perfil de distribuição de renda que se delinea para o Brasil, em 1990 - em que os 10% mais ricos se apropriam de quase a metade (48%) do total de rendimentos - certamente se inscreve como um dos mais perversos, senão o mais, em qualquer comparação que se estabeleça com outros países (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
APROPRIAÇÃO DE RENDA PELOS 10% MAIS RICOS E
50% MAIS POBRES DA PEA - 1980-1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

Dimensões da Pobreza

Embora pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, é habitual e empiricamente mais simples considerar pobreza como insuficiência de renda.

Neste particular a evolução ocorrida no Brasil na última década foi adversa, uma vez que houve agravamento da pobreza relativa, medida pela piora generalizada dos indicadores de desigualdade de rendimento, assim como aumento da pobreza absoluta, o que merece algumas qualificações.

Na verdade, os resultados verificados em termos do agravamento da pobreza se explicam em grande parte pela perversa evolução macroeconômica da década e pela ausência de políticas compensatórias que minorassem seus efeitos sobre a população de renda mais baixa. A estagnação econômica resultou em declínio da renda *per capita* na década, que, combinada com a ocorrência de elevadas taxas de inflação, contribuiu decisivamente para o agravamento das desigualdades de renda.

Estudos sobre pobreza absoluta utilizando uma linha de pobreza única (equivalente, em valor per capita, a 1/4 do maior salário mínimo vigente no País em 1980) e de valor reconhecidamente baixo para garantir o atendimento das necessidades básicas, pelo menos em áreas metropolitanas, onde se concentram cerca de 30% da população brasileira, mostram que o número de pobres no Brasil teria evoluído de 29,4 milhões em 1980 para 39,2 milhões em 1990. Embora em termos absolutos o aumento do número de pobres pareça brutal, ele está de fato associado a uma proporção menor da população total brasileira, respectivamente, 34,8% em 1980 e 27,0% em 1990 (Tabela 22).

TABELA 22
NÚMERO DE POBRES E INCIDÊNCIA
DA POBREZA ABSOLUTA - 1980-1990

ÁREA	NÚMERO DE PESSOAS (1 000 pessoas)		PROPORÇÃO DE POBRES	
	1980	1990	1980	1990
TOTAL	29 477,0	39 208,8	34,8	27,0
Urbano	10 792,2	19 057,2	13,9	17,7
Rural	18 654,8	20 151,7	50,1	53,4

FONTE - Tolosa e Rocha, Políticas de Combate à Pobreza: Experiências e Equívocos. São Paulo, INAE, Forum Nacional, maio 1993.

Estes resultados suscitam alguns comentários. O primeiro é que a evolução só não foi mais adversa em função de uma queda da fecundidade, já discutida anteriormente, que se verificou em todas as regiões e em famílias de todas as classes de rendimento. O segundo comentário tem a ver com a repartição da incidência entre áreas urbanas e rurais, que permite qualificar o resultado aparentemente positivo da evolução agregada da proporção de pobres.

Como pode-se observar a partir dos dados da Tabela 22, o número absoluto de pobres e sua proporção em relação à população aumentaram tanto no estrato rural como urbano. O efeito da redução da proporção para o País como um todo resulta do processo de urbanização, que continua acelerado, e do fato que uma linha de pobreza única não leva em consideração os diferenciais de custo de vida entre áreas urbanas e rurais. Nessas condições a simples ocorrência de migração rural-urbana significativa tem o efeito de reduzir, provavelmente de forma indevida, a proporção global de pobres.

Maior disponibilidade de informações estatísticas relativas às regiões metropolitanas viabiliza a determinação de linhas de pobreza específicas para cada uma delas. A comparação da situação de pobreza absoluta para os anos de 1981 e 1990, conforme dados apresentados na Tabela 23, conduz às seguintes constatações.

TABELA 23
PROPORÇÃO DE POBRES, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS
1981-1990

REGIÕES METROPOLITANAS	PROPORÇÃO DE POBRES (%)	
	1981	1990
TOTAL	29,1	28,9
Belém	50,9	43,2
Fortaleza	54,0	41,3
Recife	55,6	47,4
Salvador	43,1	38,0
Belo Horizonte	31,3	29,6
Rio de Janeiro	27,2	32,2
São Paulo	22,0	21,6
Curitiba	17,4	12,2
Porto Alegre	17,9	20,9

FONTE - Rocha e Tolosa, Núcleo-Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza, São Paulo: INAE, Forum Nacional, maio 1993.

A primeira é que existe claramente um padrão regional relativo à incidência de pobreza metropolitana no Brasil. As proporções são mais elevadas no Norte e Nordeste, reduzindo-se paulatinamente em direção ao sul do País. Essas proporções são explosivas nas metrópoles nordestinas no início da década devido a um fenômeno climático de alcance regional: a seca. A redução das proporções observadas entre 1981-1990 podem assim ser essencialmente imputadas a essa ocorrência.

A segunda constatação é a virtual estabilidade da proporção de pobres quando se considera o conjunto de metrópoles. Na verdade a redução da proporção no Nordeste, onde as metrópoles têm tamanho populacional em torno de 2 milhões de habitantes, foi incapaz de compensar o empobrecimento verificado na metrópole primaz do Rio de Janeiro.

A trajetória observada no Rio de Janeiro é especialmente grave dados o seu tamanho demográfico (9,8 milhões de habitantes, segundo o Censo de 1991) e sua importância econômica. O empobrecimento do Rio de Janeiro se deve claramente aos efeitos combinados da crise recessiva e da perda progressiva de seu papel econômico. Fica descartado o habitual argumento de "inchamento populacional", já que a metrópole apresentou durante a última década um crescimento demográfico médio inferior ao crescimento vegetativo da população brasileira (respectivamente 1,0% e 1,9% ao ano).

Finalmente cabe lembrar que, como pobreza não se restringe à insuficiência de renda, mas depende, em muitos casos, de acesso a serviços públicos, como saneamento básico, a situação de pobreza metropolitana no Brasil é especialmente grave porque combina insuficiência de renda a elevados déficits de infra-estrutura social, cuja oferta é essencial para garantir condições mínimas de vida em ambientes de alta densidade de ocupação.

Neste particular, a situação de pobreza absoluta se mostra especialmente crítica nas metrópoles nordestinas e nas periferias metropolitanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Dadas as proporções de pobres, superiores a 50%, combinadas a elevados déficits de serviços públicos (83% dos pobres na periferia do Recife moram em domicílios inadequados do ponto de vista de esgoto sanitário), o combate à pobreza absoluta pressupõe a montagem de um sistema de financiamento e gerenciamento do investimento e do custeio, associado ao atendimento básico às populações mais carentes.

Condições de Saneamento Básico

Os anos 80 apontam para uma expansão significativa dos serviços de saneamento, em todo o País. Em 1990, 63,5% da população brasileira eram abastecidos por água no interior do próprio domicílio, 37,2% possuíam instalações sanitárias de uso exclusivo ligadas à rede geral e 61% tinham serviço de coleta de lixo, o que representou, em relação às décadas anteriores, melhorias consideráveis em suas condições de vida (Tabela 24).

O impacto dessas mudanças pode ser melhor avaliado pelo diferencial existente entre estimativas da taxa de mortalidade infantil (óbitos por 1 000 nascidos vivos) para famílias dispostas de infra-estrutura domiciliar adequada (rede geral de água e rede geral de esgoto ou fossa séptica) ou inadequada. Entre famílias com renda *per capita* mensal de até 1/2 salário mínimo, o valor encontrado para as primeiras era de 51,6%, ao passo que o das segundas se elevava para 107,9%.

Para a referida expansão, contribuiu, de forma decisiva, a política federal de incentivos e investimentos em saneamento, mas, sem dúvida, ela se deveu, também, a uma intensa mobilização popular, com frequência através de associações, para reivindicar a implantação e a melhoria de serviços públicos, em especial os de saneamento, e a defesa do meio ambiente.

Estas manifestações, que também atingiram bairros de classe média, desenvolveram-se especialmente onde eram piores as condições sanitárias: as periferias e as favelas das grandes metrópoles, com destaque para as de São Paulo e a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Em outras áreas, a própria mobilização da população foi elemento chave da implantação dos serviços, como em Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde se construíram diversos sistemas condominiais de saneamento.

A expansão dos serviços de saneamento não se deu, contudo, de forma homogênea, nem serviu para eliminar os desníveis existentes entre as áreas rural e urbana e entre regiões e grupos sociais. Assim, por exemplo, enquanto o abastecimento de água através de rede geral (com ou sem canalização interna) estava, em 1990, praticamente generalizado pela população urbana, alcançando 90% de seu total, nas áreas rurais ele não chegava a atingir 16%.

Contraste ainda mais acentuado ocorria em termos dos serviços de esgotamento sanitário que, no mesmo ano, atendiam 48,5% da população nas cidades, e a apenas 5%, no campo (Tabela 24).

Em poucas palavras a expansão dos serviços tendeu a se voltar, principalmente, para as áreas urbanas favorecendo, em especial, as áreas metropolitanas.

TABELA 24
NÚMERO DE PESSOAS SERVIDAS POR ÁGUA, INSTALAÇÃO
SANITÁRIA E COLETA DE LIXO - 1990
BRASIL

SERVIÇO DOMICILIAR	PESSOAS SERVIDAS (1 000 000)					
	Total		Urbano		Rural	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total de pessoas (1)	147,3	100,0	109,1	100,0	38,2	100,0
Água						
Com canalização interna						
Rede geral	93,6	63,5	89,0	81,6	4,6	12,0
Outro	12,7	8,6	3,7	3,4	9,0	23,6
Sem canalização interna						
Rede geral	10,7	7,3	9,2	8,4	1,5	3,9
Outro	30,3	20,6	7,2	6,6	23,1	60,5
Instalação sanitária						
Uso exclusivo						
Rede geral	54,8	37,2	52,9	48,5	1,9	5,0
Fossa Séptica	22,3	15,1	19,6	18,0	2,7	7,1
Outro	43,1	29,3	27,3	25,0	15,8	41,4
Outro	27,1	18,4	9,3	8,5	17,8	46,6
Destinação do lixo						
Coletado	89,9	61,0	85,6	78,5	4,3	11,3
Queimado ou enterrado	22,2	15,1	9,4	8,6	12,8	33,5
Outro	35,2	23,9	14,1	12,9	21,1	55,2

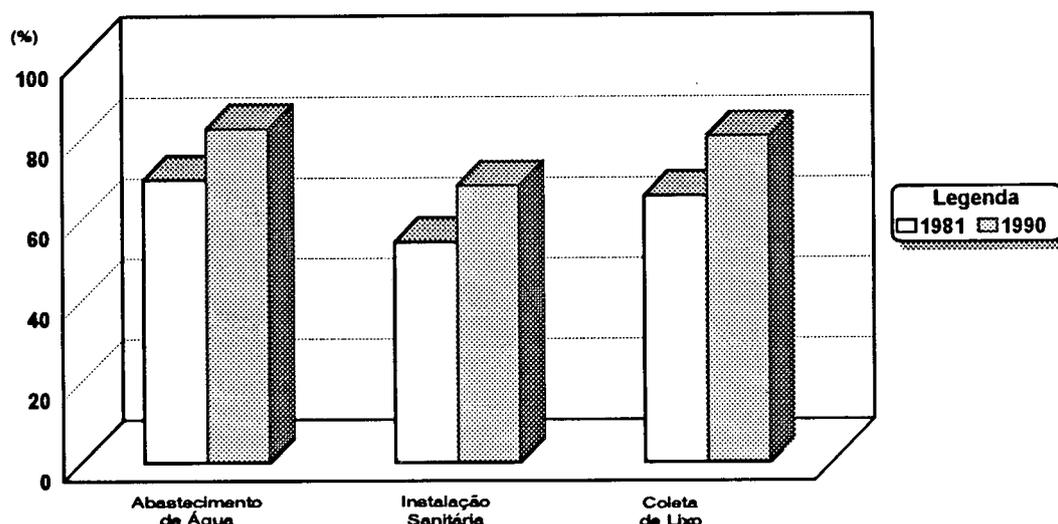
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, 1990.

(1) Excluídas as sem declaração.

Não obstante isso, o crescimento e a dimensão que favelas e loteamentos clandestinos ou irregulares assumem no contexto urbano já seriam indicativos da persistência de problemas de saneamento, bem como da desigualdade de acesso a serviços públicos, entre ricos e pobres. Em 1990, dos domicílios urbanos situados na faixa inferior de renda (até 1 salário mínimo mensal), 33,7% tinham instalações sanitárias adequadas (fossas sépticas ou rede geral), 56,1% tinham coleta de lixo e 52,4% eram ligados à rede geral de água, com canalização interna.

Para os domicílios situados na faixa de renda mais elevada (mais de 10 salários mínimos), a proporção era de 90%, no caso da rede de esgotos, e superior a 95% tanto para a coleta de lixo, quanto para o abastecimento de água (Gráfico 6 e Tabela 25).

GRÁFICO 6
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS COM SERVIÇOS ADEQUADOS DE ÁGUA E
INSTALAÇÃO SANITÁRIA E COLETA DE LIXO - 1981-1990



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

TABELA 25
DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS, POR SERVIÇO
DOMICILIAR, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR
1981-1990

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR	ANO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1)	INSTALAÇÃO SANITÁRIA (2)	COLETA DE LIXO
TOTAL	1981	70,0	54,1	65,8
	1990	82,7	68,4	80,5
Até 1 salário mínimo	1981	35,3	19,7	37,3
	1990	52,4	33,7	56,1
1 a 2 salários mínimos	1981	47,4	29,5	45,6
	1990	62,1	43,2	61,7
2 a 5 salários mínimos	1981	69,1	49,6	63,0
	1990	77,7	58,3	73,7
5 a 10 salários mínimos	1981	87,3	72,1	80,1
	1990	90,7	76,9	86,6
Mais de 10 salários mínimos	1981	96,0	89,3	93,1
	1990	96,4	90,0	95,6

FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, 1981 e 1990.

(1) Com canalização interna ligada à rede geral. (2) De uso exclusivo ligada à rede geral ou à fossa séptica.

Por outro lado, em que pesem os avanços obtidos na última década, sobretudo no que se refere ao abastecimento de água, a situação de saneamento entre as diversas regiões do País permaneceu bastante desigual.

Em relação ao esgotamento sanitário, somente a Região Sudeste ultrapassou o nível de 50% de atendimento, em 1990, tendo 73,2% de seus domicílios urbanos com instalação sanitária de uso exclusivo ligada à rede geral. Nas demais, essa proporção variava de um mínimo de 9,4%, na Região Nordeste, a 36,5%, na Região Centro-Oeste, o que indica uma situação grave, se consideradas as consequências para a saúde dos moradores da convivência com o efluente dos esgotos (Tabela 26).

TABELA 26
DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS, POR SERVIÇO
DOMICILIAR, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 1981-1990

GRANDES REGIÕES	ANO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL		INSTALAÇÃO SANITÁRIA USO EXCLUSIVO		COLETA DE LIXO
		Com canalização interna	Sem canalização interna	Rede geral	Fossa séptica	
BRASIL	1981	70,0	9,6	38,0	16,1	65,8
	1990	82,7	7,9	50,9	17,5	80,5
Norte	1981	49,5	20,5	10,5	22,3	37,8
	1990	63,4	18,3	9,4	40,3	61,7
Nordeste	1981	48,2	15,7	8,2	18,8	47,1
	1990	63,6	16,8	22,7	18,6	65,6
Sudeste	1981	81,2	6,4	58,1	10,3	75,1
	1990	90,9	4,3	73,2	9,5	86,4
Sul	1981	70,7	9,4	17,6	36,2	65,9
	1990	87,8	5,5	25,3	44,3	84,8
Centro-Oeste	1981	50,0	13,3	17,8	7,4	56,2
	1990	73,8	10,3	36,5	6,0	77,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

Além da extensão, também a qualidade dos serviços se diferencia entre as regiões. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada em 1989, enquanto mais de 80% da água produzida nas Regiões Sul e Sudeste recebiam tratamento convencional, na Região Nordeste, esta proporção se reduzia para 69,4%. O restante sofria tratamento parcial, desinfecção ou não recebia tratamento algum, acarretando maiores riscos de transmissão de doenças.

De modo geral, permaneciam bastante precários os serviços vigentes nos municípios no que diz respeito ao tratamento de esgoto e de lixo. Para o País, como um todo, apenas 19% do volume coletado pelos sistemas de esgoto eram tratados, variando de 26,9% na Região Sul a 15,4% na Região Norte.

Quanto ao destino dado aos resíduos sólidos, 76,3% do total eram lançados em vazadouros, 22,1% em aterros sanitários ou controlados e 1,7% tratados em usinas de compostagem, reciclagem ou incineração. Somente as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte tratavam um percentual pouco superior, mas ainda assim pequeno, do lixo coletado: 15,4%, 14,3% e 9,1%, respectivamente.

Em resumo, a evolução dos anos 80 aponta para a ocorrência de sensível melhoria nas condições de atendimento da população brasileira em matéria de distribuição de água e na coleta de esgoto e de lixo. O quadro que ainda se configura, em 90, indica, porém, que muito resta por fazer, especialmente no sentido de garantir tratamento e destinação adequados dos resíduos coletados.

Esta é a condição básica para que se possa reduzir substancialmente os riscos de transmissão de doenças como a diarreia, a esquistossomose e a malária, bem como evitar a propagação, a exemplo do que ocorreu nos anos 80, de surto de cólera e dengue. É, também, elemento chave para a preservação do meio ambiente, permitindo atenuar o impacto de acidentes naturais, como inundações e deslizamento de terras, ou de natureza tecnológica, como a poluição por produtos tóxicos.

Condições de Educação

Diversos indicadores apontam para a expansão dos níveis de educação formal da população brasileira entre 1981 e 1990. Assim, não é apenas a taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos e mais que se reduz (de aproximadamente 1/4 para 1/5) no período. Ampliam-se, também, as taxas de escolarização e, o que é mais importante, a proporção de pessoas (de 10 anos e mais) com 8 anos ou mais de estudos, que passa de 18,3% para 25,0% (Tabela 27).

TABELA 27
INDICADORES DE EDUCAÇÃO - 1981-1990
BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE EDUCAÇÃO								
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais, por situação do domicílio (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbana	78,7	77,8	78,1	78,3	77,8	77,9	78,2	78,6	78,5
Rural	21,3	22,2	21,9	21,7	22,2	22,1	21,8	21,4	21,5
Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais, por situação do domicílio (%)	24,9	24,1	23,1	22,4	21,5	21,5	20,5	20,1	19,6
Urbana	17,5	18,7	16,0	15,4	14,6	15,0	14,2	14,3	13,5
Rural	44,0	44,0	42,5	41,8	40,7	40,3	39,1	38,2	37,8
Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais, por situação do domicílio (%)	22,3	21,5	20,8	20,2	19,5	19,3	18,5	18,2	17,8
Urbana	15,4	14,6	14,2	13,7	13,1	13,1	12,6	12,7	12,1
Rural	40,9	40,6	39,3	38,7	37,9	37,2	36,1	35,3	34,9
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo (%) (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	23,1	22,0	21,5	20,8	20,0	19,7	19,0	18,7	18,1
1 a 3 anos	26,5	25,5	25,2	24,5	24,3	23,8	23,7	23,0	22,9
4 a 7 anos	32,0	32,5	32,5	33,0	33,2	33,3	33,3	33,9	33,9
8 anos ou mais	18,3	19,8	20,6	21,5	22,3	23,0	23,8	24,3	25,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Empregos e Rendimentos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, vários anos.

NOTA - Excluída a população da área rural da Região Norte.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração.

Em termos quantitativos, as evidências estatísticas respaldam o argumento de que houve um progresso considerável nas condições de acesso e frequência à escola.

Tais ganhos, contudo, não foram suficientes, por um lado, para impedir o crescimento absoluto do analfabetismo, ao longo da década, fenômeno que, paradoxalmente, se verificou de forma ainda mais intensa nas regiões metropolitanas do País. Em decorrência disso, a presença, em 1990, de 20,2 milhões de analfabetos, com dez anos ou mais de idade, impõe um desafio não somente socioeconômico, mas sobretudo jurídico-político. De fato, a Constituição Federal de 1988 define como metas a serem alcançadas, até 1997, a erradicação do analfabetismo, a universalização do ensino fundamental a todos, sem limite de faixa etária, e a obrigatoriedade da educação pré-escolar.

Por outro lado, os avanços obtidos nos anos 80 tampouco garantiram ao Brasil uma posição de destaque, no confronto com outros países latino-americanos. Dados da UNESCO, para o final da década, indicam que a taxa de analfabetismo do Brasil (18,7%) era mais de três vezes superior à da Argentina (4,5%) ou de Cuba (5,7%), sendo inferior apenas à boliviana (22,4%). Além disso, a proporção de estudantes na população de 4 a 24 anos atingia no Brasil o valor mais baixo (53,3%) entre os seis países em exame (Tabela 28).

TABELA 28
QUADRO COMPARATIVO DE INDICADORES EDUCACIONAIS
E CULTURAIS INTER-PAÍSES LATINO-AMERICANOS - 1990

PAÍSES	TAXAS DE ANALFABETISMO (%)	EMISSORAS		CIRCULAÇÃO DE JORNAIS (1 000 hab)	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS ESCOLARES DA POPULAÇÃO DE 4 A 24 ANOS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEIS DE ENSINO (%)			1º GRAU		
		Rádio	Televisão			Pré-escolar	1º grau	2º grau	Repetência (%)	Sobrevivência (%)	
		(1 000 hab)								Até a 4ª série	Até o final
Argentina	4,5	659	217	-	72,9	54	110	74	-	-	-
Bolívia	22,4	527	77	50	53,7	34	91	37	-	-	-
Brasil	18,7	368	191	48	53,3	34	103	37	20	47	22
Chile	6,5	335	164	-	60,7	83	102	74	7	97	85
Cuba	5,7	334	193	107	60,7	86	105	88	8	96	91
México	12,6	241	120	127	61,1	62	118	53	10	80	69

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indicadores Sociais, UNESCO, Indicateurs Statistiques dans le Monde, 1990, p.46-53.

NOTA - Os dados culturais referem-se ao período 1987-1990.

Comparações entre regiões e grupos sociais apontam também para uma variação expressiva da taxa de analfabetismo. Na Região Sudeste do País, essa taxa para as pessoas de 10 anos e mais (10,9%) era, em 1989, três vezes menor do que a da Região Nordeste (35,9%). Mais acentuado, ainda, era o diferencial por níveis de renda: entre os jovens de 10 a 14 anos, com renda familiar *per capita* de mais de 2 salários mínimos, era praticamente residual a chance de analfabetismo (2,6%), chance que, todavia, se tornava 14 vezes mais alta para os jovens com renda familiar até 1/2 salário mínimo *per capita* (36,3%) (Tabela 29).

A exemplo do ocorrido com as taxas de analfabetismo, também as taxas de escolarização, no Brasil, apresentaram uma evolução favorável, ao longo dos anos 80. Para o País, como um todo, a taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos passou de 62,2%, em 1981, para 73,2%, em 1990, como resultado das melhorias observadas tanto nas áreas urbanas (de 70,6% para 79,6%) quanto nas áreas rurais (de 45,1% para 57,9%).

TABELA 29
TAXAS DE ANALFABETISMO ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS,
POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA* - 1989
BRASIL

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR <i>PER CAPITA</i>	TOTAL DE JOVENS DE 10 a 17 ANOS (%)	TAXAS DE ANALFABETISMO DE ADOLESCENTES	
		10 a 14 anos (%)	15 a 17 anos (%)
TOTAL	100,0	14,8	100,0
Até 1/4 de salário mínimo	27,4	36,3	23,6
De 1/4 a 1/2 salário mínimo	24,0	19,3	16,4
De 1/2 a 1 salário mínimo	21,6	8,4	7,5
De 1 a 2 salários mínimos	14,6	3,7	2,6
Mais de 2 salários mínimos	12,4	2,6	1,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indicadores Sociais, Crianças e Adolescentes: Indicadores Sociais, vol.3, 1991.

A par desta evolução geral positiva, três outras tendências se firmaram entre 1981 e 1990:

- 1) a frequência correspondente ao pré-escolar na idade de 5 a 6 anos duplicou na década (passando as taxas de escolarização de 23,5% em 1981 a 48,4% em 1990), em decorrência, sobretudo, do salto ocorrido no quinquênio 1981-86, quando diversos programas e projetos comunitários enfatizaram a educação pré-escolar formal e não formal;
- 2) embora mais lenta no grupo de 10-14 anos (de 78,7% em 1981 para 84,2% em 1990) e mais acentuada no grupo de 7-9 anos (de 70,7% em 1981 para 85,0% em 1990), a progressão nas taxas de escolarização nestas faixas etárias correspondentes ao ensino de 1º grau foi linear ao longo de toda a década; e

- 3) já a quase estagnação nas taxas de frequência escolar entre 15-17 anos (53,1% em 1981 e 56,8% em 1990) vem revelar a persistência de graves dificuldades de retenção, na escola, deste grupo juvenil.

O exame dos dados estatísticos levanta, ainda, um comentário final. É indiscutível que a esmagadora maioria de crianças e jovens no Brasil tem ou teve acesso à escola. Portanto, se em 1990 permanecem elevadas as taxas de absentismo escolar, especialmente no grupo etário de 15 a 17 anos, as razões para isso não parecem decorrer da falta de vagas na rede de ensino. Antes e como sugerem diversas análises, elas estariam articuladas principalmente aos métodos e conteúdos prevaletentes no atual sistema escolar e responsáveis por altíssimas taxas de repetência dos alunos.

Assim, não chega a surpreender que a comparação entre a situação educacional de alguns países latino-americanos, cujos padrões de desenvolvimento socioeconômico e educacional enfrentam problemas comuns, aponte a inferiorizada condição de eficiência dos serviços escolares alcançados pelos brasileiros, tanto na educação pré-escolar como no ensino de 1º e 2º graus.

É no Brasil que se observa a mais alta taxa de repetência, sendo duas vezes a apresentada pelo México e três vezes a verificada no Chile. Mais alarmante ainda é a sobrevivência dos alunos no sistema de ensino de 1º grau. Enquanto Cuba consegue reter na trajetória escolar até o 1º grau, 91 de cada 100 alunos que ingressam no sistema, o Brasil, num perverso processo social, mantém apenas 22 alunos (Tabela 28).

No contexto da crise do Estado do Bem-Estar Social, da nova revolução tecnológica-científica e da global reformulação político-econômica entre blocos de países, o grande desafio que se coloca para a sociedade brasileira é, portanto, a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços escolares, já quantitativamente assegurados à população.

Referências Bibliográficas

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1992. Rio de Janeiro, IBGE, v.52, 1119 p.
- ANTICONCEPÇÃO, 1986. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, 2v., 1991.
- BERCOVICH, Alícia, MORELL, Maria Graciela Gonzalez de. Nota sobre as informações da sinopse do Censo Demográfico de 1991. In: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991. Análise Preliminares. v.1. (no prelo).
- CARVALHO, José Carmelo B. de, KAPPEL, Maria Dolores B. Evolução das condições educacionais. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- CENSO DEMOGRÁFICO, 1940-1991. Rio de Janeiro, IBGE.
- CRIANÇAS E ADOLESCENTES: indicadores sociais. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 3 v., p.1-76, 1989.
- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: SÉRIES ECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DE 1950 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1990, 642 p.
- FERREIRA, Lilibeth M.C.R., CARDOSO, Elisabeth. Atenção à saúde da mulher. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- INDICADORES SOCIAIS. Relatório, 1979. Rio de Janeiro, IBGE, 441 p.
- INDICATEURS STATISTIQUES DANS LE MONDE. UNESCO, 1990, p.46-53.
- MEDICE, André Cezar. Sem régua e compasso. População, emprego e pobreza no Brasil dos anos oitenta. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, 129 p. (Série Relatório Técnicos - ENCE, nº 6, 1991).
- MONTEIRO, Mário F. Gianni. A mortalidade no contexto da transição epidemiológica. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- OLIVEIRA, Jane Souto et al. Mudanças no perfil de trabalho e rendimento. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- OLIVEIRA, Luis Antonio Pinto de. Novas tendências - breve notas. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- _____, FELIX, Cleber. A dinâmica demográfica recente: níveis tendêncicos e diferenciais. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. 1981-1990. Rio de Janeiro, IBGE, v.14, 6n.
- RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. n. 28, 1992.

ROCHA, Sônia, TOLOSA, Hamilton. Núcleo-periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. São Paulo, INAE. (Forum Nacional, maio 1993).

SANTOS, Marcio Miller dos. Condições de saneamento básico. In: INDICADORES SOCIAIS. Relatório. (no prelo).

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Os estudos dos diferenciais na mortalidade infantil, segundo algumas características sócio-econômicas. In: PERFIL ESTATÍSTICO DE CRIANÇAS E MÃES NO BRASIL. Aspectos de saúde e nutrição de crianças no Brasil, 1989. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, p.61-78. Convênio IBGE/UNICEF/INAM.

_____, Oliveira, Luiz Antonio Pinto de. A situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente. In: PERFIL ESTATÍSTICO DE CRIANÇAS E MÃES NO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1988, 64 p. Convênio IBGE, UNICEF.

TOLOSA, Hamilton, Rocha, Sonia. Políticas de combate à pobreza: experiências e equívocos. São Paulo, INAE (Forum Nacional, maio 1993).